



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

EVANGELIZAÇÃO E CATEQUESE ENTRE O VELHO E O NOVO MUNDO

Ana Palmira Bittencout Santos Casimiro*
(UESB)

Maria Cleidiana Oliveira de Almeida**
(UESB)

Camila Nunes Duarte Silveira***
(UESB)

RESUMO

A evangelização e a catequese realizadas no Brasil colonial foram efetuadas sob o regime do padroado lusitano, que tinha na atividade colonizadora uma finalidade política e outra religiosa: dilatar as fronteiras do império e da fé. A Companhia de Jesus teve um papel proeminente nesse processo de catequização realizado na Colônia Portuguesa da América, uma vez que os jesuítas foram responsáveis por estabelecer uma evangelização sistemática desde que chegaram ao Brasil, em 1549. Até 1580 os jesuítas foram praticamente os únicos a desenvolver um trabalho sistemático de evangelização e catequese no Brasil. Mas, é preciso ressaltar que, além dos jesuítas, outras ordens religiosas atuaram na Colônia, a exemplo dos franciscanos, carmelitas, beneditinos, mercedários, dentre outras. Contudo, a Companhia de Jesus foi a mais atuante e teve um papel relevante tanto na catequese clássica/tradicional (realizada em colégios estabelecidos nos centros urbanos, seguindo o modelo europeu e as diretrizes do Concílio de Trento) quanto na catequese missionária/indigenista (direcionada, particularmente, aos indígenas, chamados “gentios”, pois nada conheciam do cristianismo).

* Professora do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Doutora em Educação pela UFBA e Pós-Doutora em Educação pela UNICAMP. É pesquisadora vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas História, Educação e Sociedade no Brasil – HISTEDBR e ao Museu Pedagógico, onde coordena o Grupo de Pesquisa Fundamentos em Memória, Religião, Imagem e Educação. É autora de publicações na área de História da Arte e História da Educação, com ênfase em barroco e Brasil Colonial. E-mail: apcasimiro@oi.com.br

** Historiadora pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; Doutoranda em Memória, Linguagem e Sociedade, pela UESB; Professora do Instituto de Ciências e Tecnologia da Bahia – IFBA. Membro do Grupo de Pesquisa Fundamentos em Memória, Religião, Imagem e Educação – Museu Pedagógico-UESB. E-mail: cleidinha.prof@yahoo.com.br

*** Pedagoga e Historiadora pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; Doutoranda em Memória: Linguagem e Sociedade pela UESB. Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB. Membro do Grupo de Pesquisa Fundamentos em Memória, Religião, Imagem e Educação -Museu Pedagógico- UESB. E-mail: mila-ped@hotmail.com



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

PALAVRAS CHAVES: Evangelização/Catequese; Companhia de Jesus; Brasil Colonial.

INTRODUÇÃO

A descoberta da América pelos navegadores europeus, a revolução da imprensa pelo alemão Gutenberg, o Humanismo, o Renascimento Cultural, a Reforma Protestante, o Concílio de Trento, a política mercantilista, etc., foram alguns acontecimentos interligados que agitaram a Europa na modernidade. Nesse mesmo momento histórico (1534-1540), foi criada a Companhia de Jesus e, com ela, chegaram os primeiros jesuítas ao Brasil, com a missão de catequizar, fazer pregações, ouvir confissões e cuidar da educação como meio para o homem chegar ao seu fim maior predestinado, o contato com Deus e seus ensinamentos, enfim, “alcançar a vida eterna”.

Os jesuítas que aqui aportaram estavam imbuídos de uma mentalidade de conquista espiritual, reflexo do espírito cruzadista, tão presente na Europa do século XVI. Para Azzi (2008), essa mentalidade não era uma particularidade dos membros da Companhia de Jesus, pois outras ordens religiosas também participavam do mesmo impulso missionário.

Fundada pelo padre espanhol Ignácio de Loyola (1491-1556) em 1534, embora passasse a existir oficialmente com a bula papal *Regimini Militantes Ecclesiae*, criada pelo papa Paulo III, em 27 de setembro de 1540, a Companhia de Jesus surgiu no seio da Igreja Católica logo após a ruptura da cristandade ocorrida com a Reforma protestante.

Quando Loyola morreu, a Companhia, sob a sua liderança, já tinha elaborado importantes documentos, que direcionavam, de maneira muito rígida, a

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

metodologia jesuítica: o texto dos *Exercícios Espirituais*^{§§§§§}, e as *Constituições da Companhia*. E, posterior à sua morte, a conclusão da *Ratio Studiorum*, documento maior da Companhia, promulgada em fins do século XVI, após inúmeras avaliações da liderança da Ordem.

Os *Exercícios*, que eram verdadeiras práticas mnemônicas, foram inicialmente pensados por Loyola como procedimento e método para potencializar a capacidade de interiorização, contudo, ele se deu conta de que também poderia ser empregado por outros, ou seja, poderiam servir como instrumento de evangelização. Segundo Casimiro (2002), os *Exercícios* não eram um tratado de teologia ou espiritualidade, mas, um manual prático, com indicações para um orientador e um exercitante da prática espiritual, com sugestão de temas, para meditação à luz do Evangelho.

Profundamente marcada pelos *Exercícios Espirituais*, as *Constituições* elaboradas em 1547, e cuja última versão foi concluída em 1551, compunham o texto legislativo máximo da Ordem e dedicam uma boa parte à educação (Parte IV). Intitulada '*Como instruir nas letras e em outros meios de ajudar o próximo os que permanecem na Companhia*', o texto era destinado aos jesuítas para instruí-los no trabalho docente, dentro do objetivo apostólico, que a Ordem pretendia realizar (KLEIN, 1997).

A *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*, comumente chamada *Ratio Studiorum*, na sua versão definitiva, de 1599, era o conjunto de normas pedagógicas, com seiscentas regras que permitiram a prática educativa, religiosa e missionária dos jesuítas (CASIMIRO, 2007). De acordo com César Toledo (2013), a *Ratio Studiorum* não expressa ou indica um novo método pedagógico. Ela é

§§§§§ Os *Exercícios* foram aprovados pelo papa Paulo III em 1548 com os textos impressos e divulgados em Roma pela impressora de Antônio Blado e custeada pelo duque de Gandía, Francisco de Borja. Cf. O'MALLEY, John W. **Os primeiros Jesuítas**. São Leopoldo, RS: Editora UNISINOS; Bauru, SP: EDUSC, 2004



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

explicitamente tributária do *modus parisiensis* de ensino e aprendizagem, indicando, este, sim, clara filiação escolástica.

Ainda sobre a *Ratio Studiorum*:

O documento é um conjunto de regras destinadas à organização dos estudos nos colégios da Ordem. É destinado, também, a dar parâmetros para os estudos, avaliar as responsabilidades e atribuições e, ainda, reger as formas de avaliação e promoção nas escolas - estabelecendo metas, objetivos e procedimentos universais. As regras sempre partem do superior da hierarquia para chegar aos inferiores. Primeiramente, vêm as regras para aqueles que devem mandar; depois, as regras para os que devem obedecer (TOLEDO, 2013, p. 19).

Inicialmente, a catequização e a evangelização nortearam os caminhos da Companhia de Jesus que obteve importante destaque no Brasil, uma vez que os jesuítas foram os responsáveis por estabelecer uma evangelização sistemática desde que chegaram. A vinda dos jesuítas para as terras brasileiras estava explicitamente associada ao processo de organização da empresa colonizadora e o trabalho realizado por esses padres visava colonizar e transformar a colônia.

O processo de cristianização também era interesse dos portugueses, o que pode ser evidenciado desde a primeira expedição que aportou em terras brasileiras, muito antes da decisão pela colonização, quando o escrivão da esquadra Pero Vaz de Caminha ao descrever as maravilhas, recursos e frutas da Terra de Vera Cruz, afirmou: “contudo, o melhor que dela se pode tirar parece-me que será salvar essa gente. E essa deve ser a principal semente que Vossa Alteza em que ela deve lançar” (CAMINHA, 1996). Pela análise da carta de Pero Vaz de Caminha, podemos perceber a importância que foi destinada ao aspecto religioso da conquista, enfatizando-se, desde o início, a necessidade de agregar os habitantes da nova terra à fé cristã.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

A monarquia portuguesa, que havia recebido dos pontífices romanos da época os direitos de padroado sobre as terras descobertas e sobre as futuras conquistas, chamou então os jesuítas e confiou-lhes a missão da conquista espiritual desse novo estado. Os missionários jesuítas colocavam-se diretamente a serviço dos monarcas católicos; comprometendo-se assim em defender os interesses régios no exercício de sua tarefa evangelizadora. Eles tinham consciência de que sua missão religiosa inseria-se num projeto maior, transformar os habitantes das novas terras em súditos do reino (AZZI, 2008).

Segundo Paiva (1982), a integração dos jesuítas ao estamento dominante fez com que agissem de acordo as concepções e interesses desse estamento, mas, ainda segundo o autor, não eram só os jesuítas, era toda a Igreja quinhentista que estava aliada aos “donos do poder”, através da concepção do “*orbis christianus******”. Concepção que corroborou para que a dominação territorial e a conversão cristã caminhassem de mãos dadas.

Inicialmente, apenas os jesuítas receberam autorização da Coroa portuguesa para atuarem como evangelizadores dos povos indígenas no Brasil. Escolhida pelo monarca D. João III (1502-1557), a Companhia de Jesus foi encarregada oficialmente da missão de transformar os nativos em súditos da Coroa Lusa, mediante a conversão (AZZI, 2008). Para Lustosa (1992), os clérigos e missionários que passaram pelo Brasil nos primeiros anos de colonização, pouca importância deram à tarefa sistemática de catequese propriamente dita. Somente em 1549, quando foi instituído o primeiro governo geral do Brasil com a nomeação de Tomé de Souza é que começou a fase da catequese institucionalizada.

Quando teve início a União das Coroas Ibéricas em 1580, ocorreu o ingresso de outras ordens religiosas no Brasil. Vieram para a Colônia Portuguesa: franciscanos, beneditinos, carmelitas, mercedários e capuchinhos. Azzi (2008) salienta que duas razões principais motivaram a fixação dessas ordens em solo

*****Mundo Cristão.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

brasileiro: o desejo de expansão de suas obras no novo território e as solicitações insistentes das lideranças locais. Além do fato de propiciar vida social, a motivação desse apelo estava no fato de que a edificação de um convento ou igreja dava prestígio à localidade, facilitando assim sua ascensão de povoado à categoria de vila e de vila à categoria de cidade.

A doutrinação iniciou-se por missões volantes, nas quais os padres saíam pelas aldeias pregando a Doutrina cristã, o que acarretava enormes perigos para a integridade física. Alguns chegaram a ser devorados pelos indígenas e, em outros casos, eles tinham que enfrentar os pajés e a cobiça dos bandeirantes de apresamento. Para contornar tais dificuldades, a Ordem resolveu inverter o processo: em vez de abrir-se sem limites em direção às aldeias indígenas, ela passou a reduzi-las a aldeamentos cristãos (PAIVA, 1982).

Embora detentor de uma visão apologética sobre a Companhia de Jesus, Serafim Leite (2004) descreve, com precisão, como era realizada a distribuição quotidiana nas aldeias: ao romper da manhã, tocava-se a campainha (substituída mais tarde pelo sino) chamando para a missa. As crianças juntavam-se na porta da Igreja ou no do altar-mor, ajoelhados e repartidos em dois coros iguais. Geralmente, os meninos ficavam de um lado e as meninas de outro, quando faziam o sinal da cruz, recitavam o hino *Veni Creator Spiritus* e entoavam o Rosário do nome de Jesus:

Começava um coro em voz alta: "*Bendito e louvado seja o Santíssimo Nome de Jesus*". Respondia o outro coro: "*E da Bem-aventurada Virgem, mãe, para sempre, amen*". Repetiam essas duas partes do coro por dez vezes e finalizavam todos juntos: "*Gloria Patri et Filio et Spiritu iSancto, amen*" (LEITE, 2004).

De acordo com Serafim Leite (2004), o Rosário era recitado até começar a missa, que era depois assistida em silêncio, ora de joelhos, ora de pé e de mãos postas. Findada a missa, os adultos se retiravam para as suas fainas e as crianças

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

recebiam os ensinamentos catequéticos. Um Padre ou Irmão ensinava-lhes as orações mais comuns, Padre-Nosso, Ave-Maria, Salve-Rainha, Credo e as fórmulas da doutrina cristã; depois ensinavam o catecismo dialogado, a princípio na língua portuguesa e, mais tarde, também na língua tupi. Acabada a doutrina, os indígenas faziam um rápido almoço. Começava então o ensino do abecedário: ler, escrever, cantar e tocar instrumentos musicais. Em algumas aldeias, as aulas terminavam com a oração: Salve-Rainha. E os indígenas podiam ir para suas casas.

Ao anoitecer, juntavam-se novamente porta da Igreja, formavam uma procissão, tendo a cruz alçada à frente, seguiam cantando, em voz alta, cantigas santas na própria língua, até uma cruz erguida no terreiro, faziam as orações e encomendavam as almas do purgatório. Concluídas as orações voltavam, da mesma forma, até a porta dos Padres, e entoavam novamente o Rosário do nome de Jesus. Após receberem a benção do Padre, voltavam para casa. Algumas vezes, antes de dormir, ainda ensinavam a doutrina aos pais (LEITE, 2004).

Podemos inferir que, desde os primórdios da colonização, a catequese indígena, esteve entre as prioridades da colonização portuguesa, embora, evidentemente fosse menos importante do que os interesses comerciais. Esse interesse foi sendo dilatado ao perceberem a crescente resistência dos nativos ao avanço português e a aliança de muitos indígenas com os franceses. A Coroa concluiu, então, que sem a catequização e pacificação dos indígenas, seu projeto colonizador estaria ameaçado.

Por outro lado, os jesuítas perceberam que a conversão dos nativos adultos à fé católica seria uma tarefa árdua e demorada; a maioria dos indígenas tinha dificuldade para abandonar suas tradições religiosas e seus costumes tribais. Decidiram-se então pelos mais jovens, pois eram mais maleáveis e mais fáceis de serem convertidos e catequizados. Os jesuítas acreditavam que, uma vez que obtivessem conhecimento razoável da fé, os meninos indígenas poderiam ajudar na conversão de seus pais e de outros adultos da tribo (AZZI, 2008).



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Inconscientes ou não do apagamento da memória coletiva indígena, ou da adaptação dos jesuítas às necessidades dos ameríndios, estes continuaram adentrando o território brasileiro. A penetração e exploração do território, nas décadas posteriores, só agravaram o problema com os nativos os quais apresentaram uma diversidade de etnias e culturas, cuja distinção foi se revelando mais notória à medida que as expedições se voltavam para o interior. A solução foi buscar uma catequese que estivesse mais próxima às tradições nativas, começando pelo aprendizado das línguas.

A catequese missionária impôs aos jesuítas, gradativamente, novas estratégias de atuação que facilitavam o processo de conversão dos indígenas. De acordo com Lustosa (1992), aproveitando o domínio da língua tupi e de outros dialetos aprendidos, os padres ampliaram as experiências catequéticas com técnicas e métodos diversificados. Peças teatrais, procissões, músicas e danças passam a integrar o quadro pedagógico de uma catequese que foi se tornando muito mais atraente aos ameríndios e que não poupava esforços na tentativa de seduzi-los para a vida cristã.

Quando se iniciou a colonização do Brasil, era comum os religiosos, trazerem da Europa e, particularmente, da Península Ibérica os manuais de catequese que por lá circulavam. Mas, a dificuldade de suscitar conversões em tribos de formações culturais tão diversas levou os jesuítas a redigir os primeiros catecismos em língua brasílica. A partir dos catecismos europeus, foram muitos os jesuítas que redigiram e publicaram catecismos que saíam do prelo sob os mais diversos nomes. Além dos catecismos dos jesuítas, tivemos catecismos de outras ordens religiosas que atuaram no Brasil a partir de 1580.

Na história do Brasil, desde cedo se fez sentir a falta desses manuais, apropriados para a catequização dos infieis. Coube aos missionários que aqui chegaram organizar cartilhas ou cartinhas para esse fim, Alguns compuseram obras inteiras



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

originais; outros adotaram a matéria dos catecismos europeus, alguns foram impressos e outros eram copiados à mão (MARTINS, 1951, p.25).

Segundo Le Goff (2012), a memória ocidental sofreu uma lenta, mas, intensa transformação, em decorrência da invenção da imprensa. No que diz respeito aos catecismos, a imprensa facilitou a edição de manuais que, produzidos segundo moldes clássicos, foram utilizados como instrumentos de catequização entre os colonos. Os *Catecismos* do jesuíta Pedro Canísio, por exemplo, marcaram época e tornaram-se modelos para a instrução de muitos fiéis. Assim como a publicação da *Doutrina Cristã* do cardeal Roberto Belarmino que contribuiu com a edição de múltiplos catecismos (LUSTOSA, 1992).

Mas, a quem afinal se impôs definitivamente, pelo método e pela doutrina, foi São Pedro Canísio, S. J., com três catecismos: a “*Summadoctrinae christianae, seu Catechismus maior*”, de 1555, para pessoas cultas e para o uso das escolas superiores; a “*Summadoctrinae, seu Catechismus parvulus*” de 1556, para crianças e pessoas rudes, com uma edição vulgar; o “*Catechismus parvulus catholicorum*”, de 1558, curso médio para ginasiais, edição vulgar em 1563. Este último é o melhor de todos. Em edições posteriores, o próprio Canísio aumentou a número de perguntas do Catecismo maior (MARTINS, 1951, p.24).

O autor (1951) ainda ressalta que, os primeiros catecismos da América são anteriores aos de Lutero, de Pedro Canísio, Padre Ripalda, e de outros que apareceram na Europa durante o século XVI. Foram compostos por missionários franciscanos, jesuítas, dominicanos e agostinianos.

Desde muito cedo, esses missionários sentiram a necessidade de criar catecismos que facilitassem a ação catequética, mas, é preciso lembrar que dentre os povos da colônia brasileira quase não havia pessoas detentoras do saber letrado, inclusive muitos religiosos. Em sua maioria, eram povos de cultura eminentemente oralizada. Diante dessa realidade, a aprendizagem da doutrina



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

cristã presente nos catecismos passou a ser auxiliada por exercícios de memorização, as mnemotécnicas.

Afirma Leite (2004) que ao padre Pero Correia se deve, por volta de 1552, a primeira *Suma da Doutrina Cristã*, em língua natural da terra. O Padre Luiz da Grã, pouco antes de 1560, compôs, em português, o *Diálogo ou Suma da Fé*, que o Padre Provincial ordenou e compôs, para que, perguntando e respondendo, com maior facilidade lhes ficasse na cabeça. Este *Diálogo ou Suma da Fé* se propagou pelas aldeias em cópias manuscritas e, em 1566, uma cópia foi enviada a Portugal. Também, em 1566, se falava de um catecismo em forma de Diálogo, do Padre Braz Lourenço.

O Padre Marcos Jorge havia publicado, em Portugal, uma *Doutrina Cristã*, à maneira de Diálogos, para ensinar os meninos. A mesma *Cartilha da Santa Doutrina* foi remodelada pelo Padre Inácio Martins e ficou célebre. O Padre Grã pediu-a, em 1564 e o Padre Leonardo do Vale, a pedido do provincial Padre Tolosa, traduziu-a do português para o tupi, em 1574. Em 1575, a Congregação Provincial, na Bahia, pediu a impressão da *Doutrina Cristã*. Em 1586, o padre Gouvêa recomendou que se tivesse em casa a *Doutrina* e o *Diálogo*. Em 1592, a Congregação tornou a solicitar a impressão da *Doutrina Cristã* juntamente com a *Arte de Gramática* do Padre José de Anchieta. Porém, só foi impressa a *Arte de Gramática* (LEITE, 2004).

O itinerário de publicações teve o seu primeiro ponto alto com a edição do *Catecismo na língua brasileira*, na qual se contém a suma da doutrina cristã (1618), atribuída ao padre Antônio de Araújo, mas que contou com o apoio solidário de vários padres catequistas. Dele é tributário o padre Antônio Vieira e seus diversos catecismos na língua brasílica (1653) e em seis outras línguas indígenas do Amazonas. Bem como o *Catecismo brasílico* da doutrina cristã (1653) do padre Bartolomeu de Leão, que reeditou a obra do padre Araújo (LUSTOSA, 1992).



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Os jesuítas também elaboraram catecismos específicos na língua de algumas tribos. O padre Manuel Nunes, considerado o primeiro missionário dos Ingaíbas, por exemplo, compôs um catecismo na língua deles, ou seja, na língua Nheengáíbas. Já o padre Luiz Vincêncio Mamiani compôs um catecismo na língua da nação Kiriri e também a Arte de *Grammatica da Lingua Brazilica da Nação Kiriri*(LEITE, 2004).

A partir do século XVI, os catecismos passaram a ser escritos em um padrão delineado pela cúria romana, o que os tornavam um compêndio doutrinário com poucas variações na forma de escrita e temas abordados. Geralmente os catecismos eram compostos de duas partes. A primeira chamada de 'Doutrina', também conhecida como 'suma da fé' ou 'rudimentos da fé', que versava sobre a doutrina católica do Credo, do Pai Nosso, dos Dez Mandamentos, dos Sacramentos etc. Já a segunda parte, comumente denominada 'cerimonial', oferecia orientação para as práticas espirituais mais comuns da vida religiosa católica, como a celebração da missa, por exemplo (MARTINS, 1951).

Nas aldeias e cidades que foram surgindo, os jesuítas estabeleceram colégios que instruíam os filhos dos colonos que herdavam os direitos paternos ou, mesmo, os outros filhos que ingressavam nas ordens religiosas. Muitas vezes, a educação ministrada nesses colégios era diferente daquela destinada aos indígenas e mestiços. Enquanto estes recebiam nas missões, nos engenhos e nas igrejas, apenas o catecismo preparatório para o batismo, para a vida cristã e para cumprir os deveres para com Deus e o Estado, os brancos, portugueses, os filhos da elite (pouquíssimos) eram alvo de uma educação formal, longa e diversificada, preparatória para o poder e/ou para a vida eclesiástica. Outros portugueses brancos (segmentos restritos das classes populares) tinham acesso apenas aos rudimentos escolares: isto é, ler, escrever e contar (CASIMIRO, 2002).

Gradativamente, a educação e o ensino foram tomando espaço, mas sempre relacionados ao fim religioso da Companhia de Jesus. É preciso ressaltar que,



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

embora a instrução tenha sido um meio utilizado pelos jesuítas durante sua ação missionária, esse não era o principal objetivo da Ordem. A respeito do ideal da ordem jesuítica, Toledo e Ruckstadter discorrem:

A ordem nasceu com um ideal missionário, mas em pouco tempo a educação que não figurava entre os principais objetivos de Inácio sobressaiu-se dentre as demais atividades que os jesuítas exerciam. Assim, inúmeros colégios foram fundados pelos jesuítas (2003, p. 258).

Nos colégios, ocorria uma catequese mais tradicional, repetindo-se praticamente o que ocorria na Europa. Era uma catequese reforçada pelas prescrições do Concílio de Trento (sessões XXIV e XXV) que havia dado normas obrigatórias para o processo de catequese e, mais ainda, impôs a obrigatoriedade do *Catecismo de Trento*. De acordo com Pires (1951), a obrigatoriedade desse catecismo para os párocos, era insistentemente lembrada através dos documentos pontifícios e em todos os Regulamentos e Constituições religiosas.

A necessidade de um manual de instrução para clérigos e leigos foi discutida desde o início do Concílio de Trento, mas, os trabalhos da elaboração do catecismo só começaram após o término dos trabalhos conciliares. O objetivo do *Catecismo de Trento* era oferecer aos párocos uma clareza mínima dos principais tratados da teologia católica de então e, sobretudo, explicar detalhadamente o credo, os mandamentos, os sacramentos e as principais orações (MORÁS, 2004).

O Concílio determinava que os Catecismos deveriam ser claros e objetivos, sem dar margens para qualquer tipo de dúvida. Um texto sem devaneios, sem longos discursos, um texto acessível e, também, deveria ser escrito em latim e em vulgar para ensinar as crianças e ao povo iletrado. “Como Deus é um, e uma é a fé,

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

uma também deveria ser, para todos, a regra prescrita de ensiná-la e de instruir o povo cristão em todos os ofícios de piedade” (MARTINS,1951)++++.

Inspirando-se no manual pastoral trabalhado pelos jesuítas S. Pedro Canísio, Edmundo Auger, e pelo Cardeal Roberto Belarmino, também jesuíta, o *Catecismo de Trento* foi elaborado. Após a conclusão dos trabalhos, o Papa São Pio V (1566- 1572) mandou publicar o catecismo que, vulgarmente foi denominado de *Catecismo Romano*. Obra que se tornou no século XVI, uma referência para à formação de eclesiásticos e de leigos em todo universo católico.

Muitos resumos proliferaram ao longo dos anos. O catecismo dirigido aos párocos, antes na forma dissertativa, chegou até nós no estilo pergunta e resposta e reduzido a algumas dezenas de páginas. Foram tais resumos que serviram de “manuais” de catequese, em todos os continentes, até a aurora do Concílio Vaticano II (1962-1965). E, mesmo após o Concílio Vaticano II, algumas dioceses, paróquias e cabeças clérigas e leigas continuaram utilizando estes resumos (MORÁS, 2004).

A catequese tradicional desenvolvida nas escolas e colégios dos jesuítas poderia também ser destinada aos mamelucos, e a algumas crianças indígenas. Os negros ficavam de fora. Desde o início da colonização, houve nítida separação na catequese ministrada os indígenas, aos brancos e aos escravos negros. Estes últimos, desde cedo, foram alvo de uma evangelização sumária e emergencial, muitas vezes, sob a responsabilidade dos senhores de engenho (LUSTOSA, 1992), e evidentemente preparatória para se conformar com a escravidão (CASIMIRO, 2002).

Somente em 1707 as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* estabeleceram um novo modelo de catecismo chamado de *Forma da doutrina cristã* que deveria circular por toda a colônia e outro, mais abreviado, destinado especialmente aos negros. Este modelo de catequese elaborado em reuniões sinodais, com ampla participação jesuítica, se inspirou nas disposições do Concílio

++++Do projetado catecismo para criança nunca se redigiu um texto oficial (MARTINS,1951).



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

de Trento, nas Constituições de Évora e de Lisboa. E, como a maioria dos catecismos cristãos de sua época, se pautaram na tradição cristã, nos livros da Sagrada Escritura, nas homilias, nos escritos teológicos dos Primeiros Padres, nas disposições conciliares, no Direito Canônico, na Patrística e na Escolástica, nas apologias, nas homilias, nos dogmas e nos cânones.

É possível observar, portanto, que ao longo de todo o período colonial, a Companhia de Jesus teve um papel de destaque na evangelização e da catequese realizada no Brasil colonial, e afirmar que essa evangelização e catequese foi herdeira de uma memória cristã milenar. Os jesuítas tiveram um papel de destaque como catalizadores e adequadores desses ensinamentos cristãos que perpassaram a longa trajetória da Igreja chegando até a modernidade. Ensinamentos que marcaram época no Velho Mundo e que foram decisivos na evangelização e catequese realizadas no Novo Mundo.

REFERÊNCIAS

- AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira**. São Paulo, Santuário, 2008.
- CAMINHA, Pero Vaz: A carta de Pero Vaz de Caminha a el-rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil. In: SIMÕES, Henrique Campos. Anais do Seminário: **Leituras da carta de Pero Vaz de Caminha**. Bahia (Ilhéus), 1996.
- CARDOSO, Armando. Origens da Doutrina Cristã na língua brasílica. In: ANCHIETA, José de (S.J). **Doutrina Cristã**. Tomo I. Texto em Tupi e Português. Introdução, tradução e notas de Armando Cardoso (S.J). São Paulo, Loyola, 1992.
- CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. **Economia cristã dos senhores no governo dos escravos: uma proposta pedagógica jesuítica no Brasil colonial**. 2002. 482f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.
- CASIMIRO, Ana Palmira B.S. **Igreja, Educação e Escravidão no Brasil Colonial**. *Politéia: História e Sociedade. Vitória da Conquista*. v. 7, n. 1, p.85-102, 2007.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Disponível em: <http://www.uesb.br/politeia/v7/artigo4.pdf> . Acesso em: Abril de 2014.

KLEIN, Luiz Fernando. **Atualidade da Pedagogia Jesuítica**: São Paulo: Loyola, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas: Unicamp, 2012.

LUSTOSA, Oscar F. **Catequese Católica no Brasil: para uma história evangelizadora**. São Paulo: Paulinas, 1992.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Portugália, 2004.

MARTINS, Leopoldo Pires (ofm). **Catecismo Romano**. Petrópolis: Vozes, 1951.

MORÁS, Francisco. **As correntes contemporâneas de catequese**. Petrópolis: Vozes, 2004.

O' MALLEY, John W. **Os Primeiros Jesuítas**. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

PAIVA, José Maria de. **Colonização e Catequese**. São Paulo. Editora: Cortez. 1982.

PIRES, Martins Leopoldo. **Catecismo Romano**, Petrópolis: Vozes, 1951.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins. A filosofia educacional dos jesuítas nas Cartas de Pe. José de Anchieta. **Acta Scientiarum**. Maringá, V.25, n.2, 2003.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut de. Razão de estudos e razão política: um estudo sobre o *Ratio Studiorum*. In: JUNIOR, O. S.; RIBAS, M. A. A. B.; TOLEDO, C. A. A de (Organiz.). **Origens da Educação Escolar no Brasil Colonial**, v. II. Maringá: UEM, 2013.

VAIFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.